



Provas Académicas na FEUC

Publicam-se regularmente nesta secção notícias ou resumos dos trabalhos e teses apresentadas nas provas de Agregação e Doutoramento.

Doutoramento em Direito, Justiça e Cidadania no Século XXI

Os bastidores da Mídia e os movimentos sociais: o caso do MST

Cristina de Souza Reis Arruda

A presente Dissertação de Doutoramento visa relacionar a mídia, convencional e alternativa, com os movimentos sociais, nomeadamente a atuação do Movimento dos Sem-Terra (MST), buscando verificar a forma como os meios de comunicação hegemónicos representam o Movimento, bem como os discursos de criminalização do mesmo. Como contra-ponto, buscou-se verificar na mídia do próprio Movimento, como o mesmo se auto-representa, para além de observar as estratégias de comunicação para rebater as notícias e a forma de divulgação, ambas predominantemente desqualificadoras, veiculadas nos meios de comunicação convencionais. Buscou-se verificar as matérias dos jornais e das revistas tendo por base a Análise Crítica do Discurso (ACD), para além das teses de Boaventura Sousa Santos, que ajudaram a compreender e a vislumbrar caminhos alternativos, sendo assim possível confirmar ambas hipóteses de trabalho, na medida em que os resultados, fulcrados em quatro objetivos, foram surgindo: 1. O MST possui, na mídia hegemónica, um perfil extremamente negativo, com orientações de discurso desqualificadoras, fomentando gravemente o processo de criminalização dos movimentos sociais; 2. O MST, em seus próprios meios de comunicação, tende a reforçar a identidade coletiva dos trabalhadores rurais, ressaltando a união não só entre eles, mas igualmente entre os diversos setores excluídos da sociedade, brasileira e estrangeira, fortalecendo cada vez mais a importância da transnacionalização da luta; 3. Percebeu-se que o MST não consegue, por diversos fatores, rebater as informações e notícias publicadas na mídia hegemónica, passando esta a ser um dos meios para retirar o véu da invisibilidade lançado pelas próprias redes dominantes de controle social, tendo em si, portanto, potencial emancipatório inserido nos meios de comunicação, seja dominantes seja alternativos.

Universidade de Coimbra, 10 de Outubro de 2011

Doutoramento em Sociologia (Sociologia da Cultura, do Conhecimento e da Comunicação)

Lugares da cegueira: Portugal e Moçambique no trânsito dos sentidos

Bruno Daniel Gomes de Sena Martins

O presente trabalho assume como ponto de partida a análise etnográfica da realidade das pessoas cegas em Portugal com o intuito central de explorar as relações entre as histórias de vida das pessoas cegas e os valores culturais dominantes através dos quais a cegueira é pensada. A persecução desta relação identifica a singular vitalidade de uma narrativa da tragédia pessoal (Oliver, 1990) enquanto a gramática de sentido que se põe às experiências particulares das pessoas cegas. Assim, seja no intuito de deslindar a relação entre experiência e representação cultural, seja para compreender a tenacidade das noções de tragédia e infortúnio em torno da cegueira, foram desenvolvidas linhas de inquirição cuja pertinência, mais ou menos prefigurada, se foi sedimentando como incontornável. Nesse sentido, surgem no texto da presente tese elementos diversos, produto de diferentes tempos, corpos, lugares e metodologias de análise, que expõem a contingência sócio-histórica nos valores socialmente adscritos à cegueira. Somos colocados perante quadro que, em termos latos, se oferece a uma destabilização dos termos em que a cegueira foi culturalmente fixada no Ocidente. Tanto quanto conhecer que ecos simbólicos que permanecem connosco desde a antiguidade, importa perceber de que modo a modernidade resignificou a cegueira, desde logo pela sua redefinição enquanto deficiência visual à luz da biomedicina moderna. Assim, analisamos como a modernidade ocidental – apesar das promessas que se materializariam no advento do Braille – forjou uma reinvenção da exclusão social. Além de uma problematização dos muitos dos elementos com que procuramos perceber os quadros de vivência da cegueira em Portugal, o presente trabalho procura fazer assentar os questionamentos epistemológicos suscitados pela cegueira numa comparação com a realidade de Moçambique a partir de

uma etnografia realizada naquele país. A exploração empírica do contexto moçambicano emerge, fundamentalmente, com o objectivo de aceder a contextos da cegueira desafiadores da historicidade que define os valores que no Ocidente foram sendo apostos à experiência de quem não vê. Nesse sentido, analisamos a história institucional que em Moçambique se forjou em torno da cegueira, os quadros de vida que se ligam fortemente às convulsões recentes na história moçambicana, e as variáveis que mais marcadamente definem diferentes habitats para a experiência da cegueira. Detemo-nos de forma significativa nas implicações de uma concepção da cegueira que invariavelmente vincula a sua etiologia a histórias sócio-espirituais, numa persuasão próxima da ideia de que, em Moçambique não há cegueira sem feitiço. Ao explorar o impacto das leituras sócioespirituais da cegueira na vida das pessoas cegas, nos seus itinerários terapêuticos, procuramos entender como a diferença paradigmática – entre a cegueira como produto de feitiço e a cegueira naturalizada como deficiência visual – forja diferentes quadros de experiência. Em particular, partimos da hipótese das narrativas de cegueira enquanto histórias de resistência para pensar como os itinerários pessoais se constituem em contraposição aos valores dominantes que, em Portugal e em Moçambique, definem os esquemas se imbricam na experiência da cegueira. Intentamos uma viagem que atravessa tempos, espaços e experiências na carne; uma viagem que põe no lugar o «feitiço» que forjou noção a hegemonia de cegueira no Ocidente.

Universidade de Coimbra, 11 de Outubro de 2011





Doutoramento em Sociologia (Sociologia da Cultura, do Conhecimento e da Comunicação)

A construção secular de uma identidade étnica transnacional: a cabo-verdianidade

Pedro Manuel da Silva Madeira e Góis

Cabo Verde é um dos poucos países do mundo que tem tido uma emigração ininterrupta ao longo de mais de dois séculos. É um país marcado pela existência de algumas dezenas de milhares de emigrantes e de centenas de milhares dos seus descendentes no exterior de Cabo Verde a par de outros tantos no interior do arquipélago. Como podemos pensar a existência de uma identidade colectiva nestas condições? Como se formam e mantêm os vínculos de ligação a Cabo Verde nos núcleos de emigrantes e seus descendentes? Como é «ser caboverdiano» em diferentes destinos migratórios ao longo do tempo?

As observações efectuadas em alguns dos destinos migratórios onde se estabeleceram Caboverdianos em confronto com os dados recolhidos no arquipélago de Cabo Verde, levaram-nos a estruturar a hipótese de uma co-influência recíproca no que respeita às dimensões que constituem a identidade social e cultural cabo-verdiana contemporânea. No nosso caso, invertemos o tradicional olhar e analisamos a identidade cabo-verdiana a partir não do arquipélago de Cabo Verde mas do arquipélago migratório e do confronto com os vários «outros» com que se tem defrontado ao longo dos últimos séculos. A análise efectuada permite questionar o modo como se estruturam as ligações simbólicas entre os cabo-verdianos que se movem no seio de um mundo social transnacional e descobrir a construção de uma identidade social transnacional baseada numa «identificação étnica». A partir daqui encontramos o campo conceptual que nos permite discutir sociologicamente a «etnicidade» cabo-verdiana enquanto dimensão que enforma uma «identidade étnica transnacional». O nosso percurso leva-nos de volta aos clássicos da sociologia para, através da análise circunstanciada das suas contribuições analíticas, compreendermos como a «etnicidade» ou

«identidade étnica» se tornou uma característica socialmente marcante e sociologicamente consequente ao longo dos tempos. A «etnicidade» ou a «identidade étnica» emergem na actualidade das ciências sociais, como algo mais do que construções sociais ou políticas. A vida social está, embora de forma desigual, profundamente estruturada em linhas «étnicas», e a «etnicidade» acontece numa variedade de cenários quotidianos. A «etnicidade» está incorporada e visível não apenas nos projectos políticos e na retórica nacionalista mas também em encontros do dia-a-dia, em categorias práticas, no conhecimento de senso comum, em idiomas culturais, em esquemas cognitivos, em construções discursivas, em rotinas organizacionais, em redes sociais e/ou em formas institucionais. Há, portanto, uma centralidade que deve ser analisada. Procuramos demonstrar que a «identidade étnica transnacional cabo-verdiana» vem sendo construída continuamente ao longo dos últimos séculos enquanto fenómeno social e sociológico. Existe não porque exista (apenas) uma crença que supõe a sua existência mas por que há acções, interações e relações sociais que, analisadas longitudinalmente, comprovam a sua existência. Referimos exemplos diversos desta actividade nos EUA, em Portugal, em Cabo Verde ou na Argentina. Defendemos que não existe [não poderia nunca existir] uma (única) identidade étnica cabo-verdiana geral, mas ao contrário, estaremos em presença de uma (re)construção étnica múltipla e, portanto diferente em cada um dos países onde existem comunidades imigradas (e no arquipélago de Cabo Verde), resultante, por um lado, do confronto com os «outros» diferenciadores e, numa outra vertente, dos contextos e conjunturas em que ocorreu e ocorre essa interacção.

Universidade de Coimbra, 7 de Novembro de 2011

**Doutoramento em Gestão de Empresas
(Estratégia e Comportamento
Organizacional)****Gestão pública participativa: avaliação
do orçamento participativo da Prefeitura
de Fortaleza****João Alves de Melo**

Há pouco mais de duas décadas, vem crescendo no Brasil o interesse pela Gestão Pública Participativa, que é uma emanção da teoria da democracia participativa, ancorada na tradição política moderna, defendida por expoentes da literatura mundial. A versão mais bem acabada dos vários experimentos postos em prática é o Orçamento Participativo, utilizado por mais de 150 entes federativos, em âmbito municipal. A presente Dissertação tem como principal objetivo avaliar a satisfação dos usuários do modelo de gestão pública apoiado no Orçamento Participativo implantado na Prefeitura de Fortaleza, Ceará, Brasil. Para tanto, recorre-se ao emprego do *American Customer Satisfaction Index* (ACSI), modificado. Procurando alcançar esse objetivo, foi desenvolvido, inicialmente, um modelo conceitual global, que sintetiza as relações entre democracia e gestão no plano nacional, com o qual interage de forma harmoniosa o modelo do Orçamento Participativo de Fortaleza, sendo este avaliado por meio do ACSI, acrescido de três novos construtos. Os dados obtidos estão representados por uma amostra de 300 usuários do serviço público municipal, participantes das assembleias do Orçamento Participativo. O modelo conceitual, ACSI modificado, foi submetido a análises estatísticas, incluindo modelagem de equações estruturais. A investigação apresentou como resultados de ordem prática o ajustamento do ACSI modificado à avaliação pretendida e a confirmação de que o novo modelo de gestão pública, com visão de fora para dentro e decisão de baixo para cima, gera mais satisfação aos usuários do serviço público do que o modelo tradicional de gestão, que tem visão de dentro para fora e decisão de cima para baixo. Portanto, o novo modelo, com base no Orçamento Participativo, fideliza melhor essa categoria de clientes.

Universidade de Coimbra, 16 de Janeiro de 2012

Doutoramento em Gestão de Empresas**Os antecedentes e as dimensões do brand equity: uma comparação entre marcas de vestuário de fabricantes de lojas da cidade de Fortaleza****José Sarto Freire Castelo**

O tema desta tese trata da identificação e avaliação do impacto dos antecedentes do *brand equity*. Entre estes antecedentes encontram-se não apenas os esforços de marketing da empresa materializados no seu mix de marketing, como também variáveis que derivam do comportamento pessoal relativos às marcas de vestuários de fabricantes e de lojas da cidade de Fortaleza. O objetivo central desta tese é responder quais as relações entre o valor das marcas de fabricantes e das marcas próprias de vestuários e qual o papel do marketing mix na criação desse valor. E também de uma forma global perceber as diferenças e semelhanças na formação do valor de ambos os tipos de marcas. Para responder a essas questões, em um primeiro momento recorreu-se à literatura sobre marketing e *branding* com a finalidade de definir o quadro conceitual bem como os construtos e variáveis assim como as respectivas métricas. Os resultados encontrados através do uso da modelagem de equações estruturais foram adequados para os patamares oferecidos na literatura. Dezesesseis marcas de vestuários foram submetidas a uma amostra de 571 pessoas, sendo 54,6% do sexo feminino e 45,36% do sexo masculino, na sua maioria tinham o segundo grau completo e renda familiar entre 3 a 20 salários mínimos e 85% tinham alguma experiência com as marcas de fabricantes e 68% com as marcas de lojas. Os resultados alcançados demonstram que o modelo estrutural das marcas de fabricantes e de lojas demonstram uma similaridade significativa com relação às hipóteses apresentadas. Analogamente, não são substanciais as diferenças encontradas entre ambos os tipos de marcas. As diferenças encontradas estão entre as hipóteses suportadas entre as marcas de fabricantes e de lojas: as relações da intensidade de distribuição das marcas com a lealdade, o conhecimento e associações





das marcas e os bem vestidos com o *brand equity* são suportados quando se tratam das marcas de fabricantes o que não ocorre quando são as marcas de lojas. De maneira contrária, as relações com os gastos com propaganda com a lealdade são suportados no caso das marcas de lojas o que não ocorre com as marcas de fabricantes. Esta tese traz a aplicação do modelo de Yoo, Donthu e Lee (2000) no contexto de vestuário como novidade. Também sugere aos gestores como se devem adaptar as estratégias de marketing para a criação das dimensões do *brand equity* de acordo com a natureza das marcas de vestuários.

Universidade de Coimbra, 24 de Fevereiro de 2012.

Doutoramento em Relações Internacionais (Política Internacional e Resolução de Conflitos)

Os Canais de Intermediação Não-Governamental na Transformação do Conflito Sino-formosino

Jorge Manuel Tavares da Silva

Esta tese centra-se nas interações fora do sistema estatocêntrico, aqui designadas por «canais de intermediação não governamental», em especial as que se referem ao domínio económico, e a sua relação com os contextos dos conflitos internacionais. Procurou-se saber como e se os indivíduos ou organizações que não o Estado ou o Governo através das suas dinâmicas, mais ou menos espontâneas e estruturadas, directas ou indirectas, têm influência ou capacidade de transformação naquelas realidades. Acompanha-se a tendência internacional assente na afirmação da denominada «nova» ou «mega» diplomacia (sistema multicêntrico), em que cidadãos e grupos da sociedade civil têm vindo a ganhar capacidade de influência ao lado dos Governos. Para ilustrar este tipo de dinâmicas a análise recai sobre o conflito de Taiwan, caracterizado por uma divisão política entre a República da China (ROC) e a República Popular da China (RPC), um contexto contraditório de crescente envolvimento socioeconómico face a um cenário de relativa insegurança. Neste cenário foi, sobretudo, observada a comunidade de negócios taiwanesa a operar na RPC, também conhecidos por *taishang*. A linha de orientação segue pelo prisma diádico, evitando olhar os dois governos como entidades autónomas, mas antes preferindo o enquadramento que acompanha a «teoria das comunicações sociais» de Karl Deutsch e das «comunidades de ligação» de Yung Wei. Verifica-se, nesta perspectiva, que as interações económicas desenvolvidas *taishang*, incluindo uma certa elite empresarial da ilha, estão na realidade a proporcionar condições favoráveis para a transformação do conflito sino-taiwanês.

Universidade de Coimbra, 27 de Fevereiro de 2012

**Doutoramento em Gestão de Empresas
(Estratégia)****Carreira e Identidade Profissional dos
Farmacêuticos: Pontes entre os contratos
Rousseauianos****João Pedro Dias Fontes da Costa**

Na literatura de comportamento organizacional, em particular a referente ao desenvolvimento e desempenho humano, tem vindo a ser cada vez mais argumentada a existência de um novo contrato psicológico. Tudo isto numa tentativa para melhor compreender as relações de emprego em mudança no actual contexto sociopolítico e económico. Ao tomarmos o contrato psicológico também como a expectativa dos direitos e deveres de uma relação concreta, e considerando ainda a crescente flexibilização e desinstitucionalização dos vínculos, poderemos estar outrossim na presença de um novo contrato social que informa os contratos psicológicos. As relações de emprego incorporam mudanças constantes e céleres com novos normativos sociais de enquadramento, proporcionando um desafio acrescido para a gestão organizacional, em particular na definição de carreiras e na criação de contextos favoráveis à identificação e comprometimento.

O presente estudo procura melhor compreender a formação da identidade profissional e a sua importância na percepção concernente à contratualização social e psicológica na relação de emprego. Recorrendo a uma metodologia de estudo de caso (profissional) e aos princípios da Grounded Theory e tendo por base um modelo de análise da identidade profissional foram audiogravadas cinquenta entrevistas semi-estruturadas a farmacêuticos de vários subsectores de actividade. Com base num código que enfatiza a natureza psico e sócioconstrutiva do contrato psicológico procedeu-se à análise de conteúdo da transcrição integral dos discursos.

Os resultados salientam a relevância da profissão enquanto foco determinante de identificação, sobrepondo-se aos alternativos como a organização, equipa ou carreira. Tal é evidenciado na dinâmica entre os níveis

sociais e psico-cognitivos nas narrativas de identidade profissional reflectida na percepção do contrato psicológico, com implicações atitudinais e comportamentais e consequentes reflexos no desempenho. Em particular, revela-se o papel mediador da identidade profissional entre o contrato social e o contrato psicológico, tendo como cenário a carreira. A gestão dos (trabalhadores) profissionais representa um desafio particular, porquanto entrecruza ideologias e percepções de trabalho quer do grupo profissional, quer da organização. As retóricas de socialização ocupacional representam um conjunto de fronteiras modelares para, em primeiro lugar, os papéis sociais e ocupacionais e, em segundo lugar, os próprios percursos para uma carreira. Conclui-se assim que o propalado conceito de carreira sem fronteiras não pode ignorar o mapa mental associado aos contratos sociais para a profissão como dimensão estruturante também do contrato psicológico, institucionalizando balizas para os indicadores objectivos e subjectivos de sucesso e para os papéis e relações de papel.

Universidade de Coimbra, 02 Março de 2012





Doutoramento em Sociologia (Sociologia do Estado, do Direito e da Administração)

Portugal e a Organização Internacional do Trabalho (1933-1974)

Maria Cristina Fernandes Rodrigues

Ao longo do século XX, nos países mais desenvolvidos, a dimensão social do Estado cresce exponencialmente e assume uma centralidade que a coloca a par da dimensão civil e política. Assente no valor da solidariedade e no crescimento dos direitos sociais e laborais dos cidadãos, determina que este espaço público seja tomado pelo direito, num processo de juridicização sem precedentes, que está na base dos fundamentos do Estado-Providência.

Em Portugal, este movimento existiu também, embora condicionado pelo endémico atraso socioeconómico do país e pela natureza antidemocrática do regime político do Estado Novo, que determinaram que o processo fosse tímido, pouco abrangente e, sobretudo, muito lento.

Após a experiência da República, que trouxera um notável conjunto de direitos sociais e laborais, mas que ficaram no plano da lei, o novo regime, a partir de 1933, constrói-se contra a imagem dessa República que prometera e não cumprira, erigindo um núcleo mínimo de direitos que decorrem da Constituição de 1933, do Estatuto do Trabalho Nacional e ainda da legislação que foi publicada nos quatro anos seguintes. O projecto seria ir alargando esse núcleo mínimo de direitos e expandindo-o a um maior número de trabalhadores, à medida que as condições do país o permitissem.

Enquanto membro fundador da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Portugal transpôs algumas das suas convenções para a legislação nacional e ratificou formalmente outras, no período anterior ao Estado Novo. O modo como o novo regime lida com o património normativo da OIT – aquele que recebe e o que se vai construindo nas décadas seguintes – e como o recebe, ou não, no espaço nacional é o núcleo central do nosso trabalho.

Partindo dos quatro grandes temas da OIT – direitos humanos e direitos no trabalho,

qualidade no trabalho, protecção social e emprego e pobreza – percorremos as convenções internacionais, verificando se houve e quando ratificação, ou se nunca houve ratificação por Portugal, para depois perceber de que modo a legislação portuguesa acompanha e explica cada um dos casos. O nosso trabalho assenta na análise da legislação internacional e nacional, bem como da documentação existente nos arquivos portugueses e da OIT em Genebra, muita da qual não fora tratada com fins académicos e não era sequer do conhecimento público.

No relacionamento entre Portugal e a OIT definem-se três tempos: primeiro, de convergência, durante a República; depois, de fechamento e de indiferença à Organização, nas duas primeiras décadas do Estado Novo; finalmente, a partir de meados de 1950, um processo intenso de reaproximação. Estes tempos cruzam-se com espaços normativos, nos quais distinguimos um plano político e um plano social.

No plano político, a procura de legitimação externa do regime português numa época de grande isolamento internacional, por razões que se prendem com a natureza antidemocrática do regime e com a perpetuação do colonialismo, em tempos de descolonização generalizada, levou a uma adesão formal a muitas das normas internacionais da OIT, a partir de 1956, ainda que a realidade jurídica o não autorizasse de imediato, constituindo este processo uma espécie de indutor de mudanças internas. No plano social, uma menor taxa de ratificação mostra a impossibilidade de Portugal acompanhar os padrões europeus, mas esconde uma evolução interna, sobretudo na década de sessenta, a muitos títulos tributária da penetração dos valores, princípios e normas da OIT.

Com um referencial histórico muito forte, este estudo cruza dimensões jurídicas, sociológicas e internacionais, assumindo-se como um espaço de pesquisa interdisciplinar, tendo como suporte os conceitos de juridicização e de Estado-Providência. A partir destes conceitos, e tomando por base a sociologia do direito do trabalho, é

possível interpretar a interlegalidade que se joga entre o padrão internacional constituído pelas normas da OIT e o espaço jurídico sócio-laboral nacional e que fundamenta a evolução da realidade portuguesa durante o Estado Novo.

Esta chave de leitura pode aplicar-se a outros tempos e espaços, ao Portugal de hoje ou à realidade histórica ou actual de outros países, aqui residindo o contributo teórico deste estudo, para além do aprofundamento do conhecimento sobre a sociedade portuguesa no Estado Novo, na sua dimensão sócio-laboral, que é o seu principal objectivo.

O crescimento do espaço jurídico sócio-laboral em Portugal no Estado Novo faz-se de forma lenta e desigual, acompanhando de longe os países desenvolvidos. Embora condicionado por um Estado fundado na ideia de autonomia e independência nacionais, apesar de limitado pela natureza não democrática e determinado pelo atraso social e económico do país, o espaço jurídico de que falamos evoluiu de forma significativa, sob a influência directa e indirecta dos padrões normativos da OIT, sobretudo durante a década de 1960, abrindo caminho para um Estado Social.

Universidade de Coimbra, 09 Março de 2012

Doutoramento em Pós-Colonialismos e Cidadania Global

Universidades dos Movimentos Sociais: apostas em saberes, práticas e sujeitos descoloniais

Júlia Figueredo Benzaquen

A questão principal desta pesquisa é saber se as Universidades dos Movimentos Sociais são experiências descolonizadas e de emergência emancipatória. Para responder a essa pergunta, o texto está embasado nas teorias que trabalham com as perspectivas descoloniais e com a ideia de Boventura de Sousa Santos de Sociologia das Ausências e das Emergências. Essas teorias são utilizadas como forma de apostar em uma concepção de educação que herda os princípios da educação popular de Paulo Freire, acrescentando as ideias de interculturalidade e de tradução intercultural. A tese é uma aposta nas Universidades dos Movimentos Sociais como fomentadoras dessa outra educação. A escolha foi por realizar quatro estudos de casos de Universidades dos Movimentos Sociais bastante distintos, no intuito de verificar as hipóteses de pesquisa. Os instrumentos metodológicos utilizados foram: observação participante, entrevistas semiestruturadas e análises documentais. Os quatro estudos de caso referem-se à Escola de Formação de Educadores(as) Sociais no Recife – Brasil, à Escola Nacional Florestan Fernandes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Brasil, à Universidad de la Tierra, ligada ao Movimento Zapatista do estado de Chiapas no México e à Universidade Popular dos Movimentos Sociais. Para cada caso discorri a respeito do contexto, da história e da estrutura e funcionamento da iniciativa em questão. Após essa contextualização, os casos foram destrinchados a partir de três unidades de análise: saberes, práticas e sujeitos. No final da tese um capítulo é dedicado para a reflexão integrada dos casos. Nessa reflexão, é feita uma comparação entre as experiências estudadas com o intuito de encontrar semelhanças e diferenças e de melhor refletir a respeito do conceito de Universidade dos Movimentos Sociais. A tese concluiu que as Universidades dos Movimentos Sociais são experiências bastante plurais e experimentais, ou seja, são iniciativas que trilham o seu percurso ao longo do seu caminhar.

Universidade de Coimbra, 19 Março de 2012

